

Por provação relator detalha 'sobras' de PEC

'PEC DA TRANSIÇÃO'

# EM BUSCA DE VOTAÇÃO

## Relator detalha 'sobras' do Orçamento para reduzir resistência entre deputados

FERNANDA TRISOTTO  
fernanda.trisotto@globo.com.br  
BRASIL

Após três dias da possível votação da "PEC da Transição" — a proposta de emenda constitucional que abre espaço fiscal para o cumprimento de promessas de campanha — na Câmara, o relator do Orçamento, senador Marcelo Castro (MDB-PI), detalhou como serão empregados os recursos. O texto prevê despesas adicionais de R\$ 168 bilhões, dos quais R\$ 23 bilhões são investimentos acima do teto de gastos (regra que limita o crescimento dos dispêndios públicos). Já se sabia que desse total R\$ 70 bilhões seriam usados para manter o Bolsa Família em R\$ 600 e pagar adicional de R\$ 150 por criança. O relator explicou agora que as "sobras" de R\$ 75 bilhões serão destinadas em sua maioria para a área social.

O objetivo do detalhamento neste momento é vencer a resistência de alguns parlamentares que veem no projeto um "cheque em branco" para o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva. A leitura é que, com essa estratégia, seria possível mobilizar o voto de deputados independentes e enfraquecer o discurso dos opositores. Descontados os gastos com o Bolsa Família, 64% da verba para custeio que "sobra" nesse orçamento expandido seria destinada a áreas sociais. No Congresso, deputados e senadores afirmam que votar contra programas sociais representa "suicídio político".

**SAÚDE E EDUCAÇÃO**

A nova proposta de Orçamento para 2023 amplia em R\$ 48,4 bilhões os recursos para áreas sociais sem considerar investimentos. Os principais contemplados com o aumento de verba são as pastas de Saúde e Educação. A definição dos valores por programa e Ministério ocorreu em reunião na noite de domingo com o presidente eleito. A destinação está em linha com a proposta do petista de ampliar gastos sociais e recompor o corte proposto pelo atual governo em uma série de programas. Consultores do Congresso passaram o dia revisando dados e já indicaram que podem ocorrer mudanças em questões pontuais em relação ao relatório final do documento, apresentado por Castro.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), já sinalizou que o texto aprovado no Senado não deve passar por mudanças na Câmara. No entanto, parlamentares aliados a Bolsonaro já indicaram que podem sugerir a supressão de trechos do texto. Neste caso, não seria necessário devolver a proposta para o Senado. Esta manobra seria um caminho para reduzir de dois anos para um ano a "licença para gastar" contida no texto.

Entre os pontos de inte-

**Bolsonaro edita MP de salário mínimo**

> O presidente Jair Bolsonaro editou ontem medida provisória (MP) que eleva o valor do salário mínimo para R\$1.302 a partir de 1º de janeiro. Hoje, o piso é de R\$ 1.212.

> O valor é o mesmo da proposta de Orçamento de 2023, enviada por Bolsonaro ao Congresso no fim de agosto. Na época, com inflação maior, não haveria ganho

real. Mas foi considerada variação de 5,81% para a inflação, o que significa ganho real de 1,5%.

> Nos últimos dias da campanha, Bolsonaro havia prometido elevar o mínimo a R\$ 1.400. O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vai propor valor de R\$ 1.320, segundo o senador eleito Wellington Dias (PT-PI).

resse dos parlamentares que contaminam a apreciação da PEC estão a preocupação com o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a legalidade do orçamento secreto e a sinalização sobre quais ministérios seus partidos poderão ocupar no próximo ano. Esta última demanda está vinculada à composição da base de apoio do governo na Câmara e é feita por parlamentares do União Brasil, MDB e PSD. A relatoria da PEC será defi-

nida em reunião de líderes hoje. A tendência é que o relator seja o deputado Elmar Nascimento (União-BA).

O Ministério da Saúde terá aporte de R\$ 22,7 bilhões, o maior volume entre os órgãos do governo. O programa Farmácia Popular receberá mais R\$ 2,1 bilhões. Na prática, as verbas do programa vão triplicar em relação ao proposto por Bolsonaro. Serviços de média e alta complexidade terão reforço de R\$ 7,2 bilhões e a compra e distribuição de imunobiológicos, como as vacinas, terão mais R\$ 1,2 bilhão.

**MORADIA E PROTEÇÃO SOCIAL**

O Ministério da Educação receberá mais R\$ 10,8 bilhões em recursos na comparação com o proposto por Bolsonaro em agosto. A merenda escolar contará com R\$ 1,5 bilhão em recursos extras. O relator destinou R\$ 2,15 bilhões para a recomposição do orçamento de bolsas do ensino superior. Já as universidades e institutos federais receberão mais R\$ 1,5 bilhão para verbas de custeio. A educação básica terá reforço de R\$ 2,8 bilhões.

No Ministério do Desenvolvimento Regional, os recursos da recomposição serão destinados para a habitação popular, no programa Minha Casa Minha Vida. A pasta terá adicional de R\$ 18,8 bilhões.

Na Cidadania, além da ampliação do Bolsa Família, outras áreas que são consideradas cruciais para o combate à pobreza e a fome também receberão mais R\$ 5 bilhões em relação à proposta de Bolsonaro. Castro destinou R\$ 1,5 bilhão adicional para o vale-gás, que será somado aos R\$ 2,2 bilhões já destinados ao programa. Turbinar o auxílio gás foi uma demanda feita por muitos parlamentares, principalmente da base bolsonarista.

As ações de proteção social básica e especial, que contemplam o funcionamento dos Centros de Referência de Assistência Social (Cras), porta de entrada para o recebimento de benefícios e inscrição no Cadastro Único (CadÚnico), terão mais R\$ 2 bilhões.

O programa de cisternas e a aquisição de alimentos da agricultura familiar vão receber um adicional de R\$ 500 milhões cada. Vinculado ao Ministério da Agricultura, o programa de formação de estoques públicos terá mais R\$ 320 milhões.

**MAIS VERBA PREVISTA**

Para onde vai a "sobra" da PEC

Pasta	Bolsonaro propôs (em R\$ bilhões)	Marcelo Castro adicionou (em R\$ bilhões)	Aumento em relação à proposta de Bolsonaro
Ministério da Cidadania	198,8	75	37,7%
Ministério da Saúde	162,9	22,7	13,9%
Ministério da Educação	147,4	10,8	7,3%
Ministério do Desenvolvimento Regional	72	18,8	161,1%
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações	12,5	4,98	39,9%
Ministério do Turismo	2,3	4,1	78,3%
Ministério da Economia	37,0	1,7	4,7%
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	13,3	1,53	11,5%
Ministério da Justiça e Segurança Pública	18,9	0,80	4,2%
Ministério do Meio Ambiente	3,0	0,53	18,1%
Ministério da Defesa	121,0	1,0	0,01%
Ministério do Trabalho e Previdência	973,4	0,40	0,0%
Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos	0,3	0,25	76,2%
Ministério das Comunicações	3,0	0,13	4,2%
Presidência da República	1,6	0,04	2,2%
Banco Central do Brasil	3,9	0,01	0,3%
Salário Mínimo	*	6,80	-
Encargos Financeiros da União	*	5,76	-
Infraestrutura	3,6	12,2	238%
Total Resultado	**	168	-

\*Formado por várias rubricas distintas \*\*Não é possível pelo salário mínimo

**Os detalhes dos ministérios que receberão mais verbas**

**MINISTÉRIO DA CIDADANIA**  
A pasta vai receber mais R\$ 75 bilhões. Veja a destinação dos principais programas:

- Ampliação do Bolsa Família R\$ 70 bilhões
- Vale-gás R\$ 1,5 bilhão
- Ações de proteção social (Cras) R\$ 2 bilhões
- Cisternas R\$ 500 milhões
- Aquisição de alimentos da agricultura familiar R\$ 500 milhões

**MINISTÉRIO DA SAÚDE**  
A pasta vai receber mais R\$ 22,7 bilhões. Veja a destinação:

- Serviços de média e alta complexidade R\$ 7,2 bilhões
- Farmácia Popular R\$ 2,1 bilhões
- Imunobiológicos (vacinas) R\$ 1,2 bilhão

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
A pasta vai receber adicional de R\$ 10,8 bilhões. Veja a distribuição:

- Bolsas de ensino superior R\$ 2,5 bilhões
- Universidades e institutos federais R\$ 1,5 bilhão
- Educação básica R\$ 2,8 bilhões
- Merenda escolar R\$ 1,5 bilhão

Fonte: PLOA 2023, SIOP e relatório do senador Marcelo Castro

Editoria de Arte

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Economia Pagina: 13